

Nova Friburgo vai recorrer da decisão de manter jornada integral

Ministério Público conseguiu a medida após instauração de ação civil em 2024

Por Leandra Lima

A Prefeitura de Nova Friburgo informou que vai recorrer da decisão que determinou a reabertura do período de matrículas para o ano letivo de 2026 com a mesma quantidade de vagas e a carga horária praticadas em anos anteriores, praticadas de forma integral. A decisão proferida pela 1ª Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso, em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) em 2024 que buscava garantir o modelo integral na educação infantil no município.

“O município informa que irá interpor o recurso cabível, buscando a reforma da decisão, especialmente quanto aos seus impactos na organização administrativa, pedagógica e orçamentária da rede municipal de ensino”, disse em nota.

Segundo o MPRJ, o município deveria assegurar as mesmas quantidades de vagas e carga horária estendida que era oferecida em 2024 e em anos anteriores, que eram cerca de 10 a 12 horas diárias para as turmas de pré-I e pré-II, que atendem crianças de quatro a cinco anos de idade.



O fato propulsor da ação foi relatos e denúncias de pais e responsáveis ao MPRJ

Início da ação

O fato propulsor da ação foram relatos e denúncias de pais e responsáveis à promotoria realizados após uma reunião na Creche Maria Mafior, onde os denunciantes tiveram ciência de que a prefeitura estava reduzindo a oferta de vagas da pré-escola e período integral, transferindo as crianças desses períodos para unidades de ensino fundamental com outra estrutura organizacional e integradas a outras faixas etárias na mesma sala de aula.

Na época, a promotora de Justiça Simone Gomes de Souza havia destacado que o impacto social da ação do município atingia famílias, principalmente as mulheres e mães solas, pois a garantia de uma creche integral era uma possibilidade de as mesmas manterem um vínculo com empregos formais.

Tal ponto é comprovado pelo estudo realizado pela Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres, que destacou que a falta de políticas e ações de fortalecimento

como o aumento de ofertas da educação infantil integral, amplifica os obstáculos das mães solas e mulheres em geral, deixando-as vulneráveis, podendo levá-las a insegurança socioeconômica.

Na ocasião, o MPRJ pediu a listagem dos alunos e unidades que ofereciam educação infantil e fundamental com o número de vagas e carga horária. Também foi pedido um estudo sobre o impacto das unidades de ensino fundamental para receber os alunos.

Situação atual

Com a decisão da Justiça, o Ministério Público apontou que a Prefeitura de Nova Friburgo descumpriu parcialmente uma ordem judicial anterior ao reduzir a carga integral para 35 horas semanais e limitar o funcionamento nas sextas-feiras. “A mudança prejudica a permanência regular das crianças na escola e descaracteriza o modelo de atendimento que já existia. A decisão judicial reconheceu que a redução da carga horária representa um retrocesso e é incompatível com o princípio constitucional da proteção integral da criança e do adolescente”, ressaltou o MPRJ.

Apesar da redução de vagas e de carga horária, a promotoria reconheceu o avanço do município em eliminar a fila de espera na educação infantil, que saiu de 1.714 em 2021, para 100 crianças em 2024.

O que diz a Prefeitura

Questionados pelo Correio sobre como será a implementação da medida, o Executivo informou que tomou ciência da decisão judicial relacionada à oferta de ensino em tempo integral na Educação Infantil, mas entende que a matéria comporta discussão no âmbito recursal.

Chuvas voltam a causar transtornos no interior

Por Redação

As chuvas vêm atingindo os municípios da Região Serrana e outras áreas do território fluminense durante este mês. No último fim de semana, quem sofreu com os transtornos causados pelo temporal foi a cidade de Três Rios, que registrou nas últimas 72 horas, 96,88 milímetros de chuva, sendo 49,2 milímetros apenas no domingo (08), volume significativamente superior aos 23,8 milímetros previstos para o dia.

A Defesa Civil Municipal informou que foram registrados dois deslizamentos de terra, sem vítimas. Uma família encontra-se desabrigada e está sendo acompanhada e assistida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. As demais famílias atingidas que tiveram suas residências invadidas por água e lama, receberam kits de limpeza, kits de higiene pessoal, colchões e cestas básicas.

Outros municípios da região seguem em alerta, devido ao fato de a Defesa Civil Estadual prestar apoio técnico e operacional integral aos municípios mais impactados, com atuação direta das Coordenadorias Regionais de Defesa

Civil (REDECs) em São Sebastião do Alto e Cantagalo. Nessas localidades, foram registrados alagamentos, enxurradas e deslizamentos pontuais, sem registro de óbitos.

As cidades que permanecem com decreto vigente de Situação de Emergência – Nível II são São Sebastião do Alto, Cantagalo e Paty de Alferes. Apesar do estado emergencial, o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) não recebeu, por parte dos municípios citados, nenhuma solicitação de reconhecimento de situação de emergência nem de liberação de recursos.

Conforme o órgão, o mesmo vem atuando, por meio da Defesa Civil Nacional, acompanhando desde a primeira hora das chuvas no estado a situação dos municípios e mobilizando equipes para atuar nas localidades.

Apoio do Estado

Diante do cenário, o Governo do Estado está enviando ajuda humanitária aos atingidos como resposta emergencial. Em Paty de Alferes, houve envio de maquinário para limpeza urbana e desobstrução de vias, em parceria com a Cedae e a Defesa Civil municipal.



Estado de alerta Nível II segue em vigor para municípios

Outras cidades seguem em fase de atendimento conforme a demanda apresentada.

Segundo o órgão estadual, nas últimas 24 horas, alguns municípios registraram volumes elevados de chuva, com destaque para Duas Barras (126,4 mm), Nova Friburgo (108,0 mm), Cachoeiras de Macacu (88,8 mm) e Sapucaia (68,2 mm). Foi ressaltado que o risco

hidrológico permanece alto para municípios da Região Serrana.

Como medida de apoio, foram encaminhados a Paty de Alferes 500 insumos, totalizando 100 colchões, 100 kits de limpeza, 100 kits de higiene, 100 cestas básicas e 100 fardos de água. Para São Sebastião do Alto, foram destinados 25 colchonetes, 40 kits de higiene e 25 cestas básicas. Já Cantagalo recebeu

75 kits de limpeza, 75 colchonetes, 75 cestas básicas e 600 unidades de água mineral de 1,5 litro.

O Governo do Estado orienta que a população acompanhe os alertas oficiais da Defesa Civil, evite áreas de risco e siga rigorosamente as recomendações de segurança. Em caso de emergência, os telefones 199 e 193 estão disponíveis 24 horas.

Programas cancelados

Em Cantagalo, a Prefeitura Municipal decidiu adiar as programações carnavalescas, deixando para realizá-las em abril. A decisão partiu da prefeita Emanuela Teixeira Silva (Solidariedade), que destacou a necessidade de apoiar a população nas medidas de recuperação da cidade.

Os outros municípios citados não expressaram mudanças no calendário até o momento.

Em caso de emergência

Recomenda-se que a população fique atenta aos sinais de alerta e às diretrizes da Defesa Civil e ligue para 199 em caso de emergência. Outra indicação é procurar um ponto de apoio diante de risco de desabamento ou outros perigos.